



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório nº de Monitoramento do 4º PA/SEJUSP/AGM/2020

PROCESSO Nº 1690.01.0009474/2019-29

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A

ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

4º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE DEZEMBRO A 31 DE JANEIRO DE 2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/12/2019 a 31/01/2020, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados-RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros-RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para todos os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Cumpra-se demarcar que o Termo de Parceria nº 44/2017 foi migrado para o Contrato de Gestão nº 02/2019, por meio de Termo Aditivo, celebrado em 11/02/19 e publicado no Diário Oficial em 12/02/19.

No ano de 2019 os resultados foram significativos e retrataram todo o esforço e empenho dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade na prestação de serviços de qualidade ao público. Em 2019 a Prevenção realizou um total de 263.412 atendimentos, alcançando o público de 53.967 pessoas nas 49 Unidades de Prevenção à Criminalidade-UPC do Estado.

Ressalta-se que foi publicado em 03/12/19 o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2019 no Diário Oficial, prorrogando sua vigência para até 31/12/20. Deste modo, o plano de trabalho consta as metas para o ano de 2020, inclusive dos 2 (dois) novos programas de prevenção à criminalidade, quais sejam: Se Liga, que visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento, a medida de semiliberdade ou internação; e o Selo Prevenção Minas, que tem como escopo o fomento de ações de prevenção à criminalidade nos municípios de Minas Gerais.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			4º Período Avaliatório 01/12/19 a 31/01/20	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	6	24.200	30.339
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	6	1.400	1.594

		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	5	6.740	9.108
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3.280	3.640,5
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	6	9.020	9.456
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	113.000	127.492
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	330	350
3	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	6	38.084	67.569
		3.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	6	76%	72,34%
		3.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	5	1.850	2.368
4	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	6	14.400	19.613
		4.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	6	75%	79,69%
		4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	5	780	1.298
5	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	5.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4	100%	100%
		5.2	Percentual de Participação das equipes nas capacitações	5	100%	100%
		5.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	5	15	11,14
6	Produtos e resultados das ações de base territorial	6.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	34	33
		6.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2	2
7	Gestão da Parceria	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	6	100%	-
		7.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	4	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

No 4º período avaliatório o Programa Mediação de Conflitos obteve alcance integral das metas pactuadas. Somente a informação do resultado do indicador “1.1 Número acumulado de atendimentos” apresentou valor distinto ao apurado pela SUPEC, entretanto, os valores referentes ao 3º período (8.681) e 4º período (2.059) são idênticos, o que demonstra que as divergências estão relacionadas aos dados do 1º e/ou 2º período.

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 24.200

Resultado: 30.339

O resultado acumulado até dezembro de 2019 neste indicador apresenta-se 26,11% superior à meta estabelecida no Contrato de Gestão, o que demonstra a importância dos ajustes que valerão a partir de 2020, realizados pela Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção-DPM à Mulher, com o auxílio da supervisão metodológica.

O resultado do 4º período avaliatório apresentou o menor valor consolidado no relatório, correspondendo a 4.652 atendimentos realizados entre dezembro-19 e janeiro-20. Para qualificar este dado é necessário aprofundar na dinâmica de cada território que apresentou decaimento no resultado alcançado, considerando que fatores sazonais podem ter contribuído para o declínio dos resultados

CPC Cabana: em dezembro a equipe tentou articular com instituições para dar continuidade às intervenções nos casos coletivos que se encontram em aberto, porém, devido aos recessos de final de ano, o PMC não conseguiu dar continuidade às intervenções. Ressalta-se a pouca procura dos moradores para casos individuais e coletivos no mês de dezembro, enfatizando que as demandas que chegaram à UPC podem se desdobrar em casos coletivos e/ ou organizações comunitárias, como questões referentes à chuva que tem causado enchentes em alguns pontos do território e, com isso, causando conflito entre os moradores; violência contra a mulher e a postura de lideranças religiosas frente a tais situações. A equipe tem traçado estratégias para intervir de forma efetiva em 2020. A DPM/SUPEC tem orientado o trabalho da supervisão metodológica para o acompanhamento das ações planejadas. Ainda, cabe enfatizar que a Unidade esteve sem gestor por um período devido à

licença maternidade da gestora referência, o que exigiu uma adaptação da equipe ao trabalho, sendo que o supervisor da gestão realizou o acompanhamento da equipe.

CPC Minas Caixa: em dezembro a equipe realizou uma ação intitulada “Ação sementes do PMC” com a proposta de compartilhar as ações que foram feitas no decorrer do ano de 2019 e avaliar, junto aos parceiros (moradores e instituições), os impactos no território. Porém, houve um número muito baixo de moradores e de instituições presentes na ação, destacando que o período festivo e de feriado no final do ano dificultaram a participação dos parceiros. A equipe ressalta o baixo número de casos individuais e coletivos, enfatizando os mesmos motivos destacados anteriormente. A DPM/SUPEC realizou uma reunião com a supervisão metodológica para pensar estratégias de inovação diante dos empasses apresentados no cotidiano do trabalho neste território.

CPC Pedreira Prado Lopes: a equipe fez algumas intervenções no caso coletivo da rua Murilo, ressaltou junto aos moradores a dificuldade de articulação institucional da gestão com a URBEL, e repensou junto com os moradores outras estratégias de intervenção frente às questões apresentadas. A equipe ressaltou que o número de atendimentos individuais apresentou queda devido uma “possibilidade de guerra” no mês de dezembro, resultando em pouca circulação de moradores no território. Questões como recesso de equipamentos, férias de algumas referências comunitárias, saída da gestão do CPC, ausência do Tenente do GEPAR também foram fatores que potencializaram para a queda dos números. A chegada da nova gestão é uma aposta da Diretoria para fortalecer as parcerias locais, promovendo inovação aos desafios históricos que o local apresenta.

CPC Santa Lúcia: a queda dos números se deu devido ao encerramento de muitas fichas individuais, casos coletivos e projeto temático. Também enfatiza-se que a ausência de uma analista no PMC contribuiu para o baixo número de atendimentos, pois no mês de dezembro o trabalho foi realizado somente com uma analista e uma estagiária.

Veneza: a equipe encerrou fichas de organizações comunitárias e não obteve êxito nos contatos via telefone com os atendidos em casos individuais. O baixo número ocorreu devido às férias de uma analista, algumas reuniões externas que demandaram a presença da equipe, além dos feriados que ocorrem no mês de dezembro. Este é um território de destaque posto o número de homicídios que se apresenta (em 2019, foram 13 homicídios). Apesar da queda em relação a 2018 (23 homicídios), ainda é necessário a construção de intervenções qualificadas que tenham como basilar a leitura das dinâmicas locais e criminais. Para tanto, diversas reuniões estratégicas com a supervisão metodológica e gestão social estão sendo realizadas.

Apesar dos números produzidos abaixo do esperado, é necessário destacar neste relatório algumas equipes que apresentam número de atendimentos superior ao esperado. As inserções estratégicas das equipes no território vêm legitimando o programa e suas intervenções junto à comunidade, promovendo maior legitimidade na execução do trabalho.

Morro das Pedras: a equipe esteve intervindo junto aos moradores no Vila Ventosa durante todo o mês de dezembro. Além disso, iniciou-se um atendimento de caso coletivo sobre transporte e circulação na Vila Barão. Apesar da queda de atendimentos individuais, a inserção da equipe no território reverberou em um número significativo de atendimentos no consolidado de todas as práticas (94 atendimentos). No mês em destaque, a equipe divulgou o PMC, reafirmando sua atuação conjunta com os moradores, nos fatores de risco e proteção que se destacam na leitura das dinâmicas locais, também estando presente em espaços como: Comissão Local de Saúde e no CRAS.

Turmalina: a equipe atuou de forma significativa no eixo de Organização Comunitária com os projetos “Empodera-se” e “Planalto”, com o intuito de uma maior qualificação da leitura do território e a criação de vínculo com os moradores da região. A equipe também iniciou uma discussão sobre comunicação não violenta dentro da instituição Ascarf. Mesmo com todos os fatores sazonais apresentados no mês de dezembro, que trazem como consequência a diminuição dos atendimentos, o PMC Turmalina encerra o período indicado com 109 atendimentos no consolidado de todas as práticas de atuação.

Bethânia: dos 36 atendimentos individuais realizados, 33 foram retornos e 3 foram novos casos. Enfatiza-se a finalização do projeto temático “Ponto Final”, em que foram discutidos assuntos como: os fenômenos das violências, potencialização do capital social e o fortalecimento dos fatores de proteção, contou com 72 jovens e adolescentes. Vale ressaltar que no mês de dezembro o PMC do Betânia esteve com a equipe reduzida em função de licença maternidade de uma analista, afastamento da estagiária em virtude de problemas de saúde, além dos feriados no mês. Ainda com todos esses desafios, a equipe fez 108 atendimentos no consolidado de todas as práticas de atuação.

Vale ressaltar que a maioria dos projetos temáticos foram executados sem recursos financeiros, e isso demonstra o quanto as equipes têm sido criativas, pensando em estratégias para execução desses projetos. No mês de dezembro as equipes realizaram projetos com as temáticas: Conflito de vizinhança e comunicação não violenta. Em relação à temática de conflito de vizinhança, a equipe do Citrolândia recebeu um convite do programa “Pós Morar” que atua no condomínio Waldir Franco para trabalhar com os moradores resoluções pacíficas de conflitos.



Encontro com os moradores do condomínio Waldir Franco - UPC Citrolândia

Através do projeto Comunicação não Violenta, a equipe do Taquaril atuou com os moradores fenômenos da violência doméstica contra mulher, enfatizando a importância da comunicação não violenta e como ela é uma ferramenta importante para auxiliar no diálogo entre as pessoas. A equipe avaliou o projeto como uma discussão produtiva, com apontamentos e reflexões necessárias para o contexto social e familiar daquele território.

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**Meta: 1.400****Resultado: 1.594**

Apesar da análise global realizada, o 4º período avaliatório apresenta-se com a menor média mensal de atendimentos no comparativo aos três outros períodos avaliatórios. As hipóteses também devem ser analisadas, sendo os pontos qualitativos apresentados no indicador 1.1, relevantes para que se possa entender tal redução.

Percebe-se uma compatibilidade dos locais que apresentaram número reduzido de atendimentos e de pessoas atendidas. Porém, alguns contextos não partilham de tal observação, tais como Morro das Pedras, Turmalina, Betânia, Nova Contagem e Serra.

Para os locais citados, identifica-se que as equipes atuaram de forma significativa no que toca os eixos de organizações comunitárias, casos coletivos e projetos temáticos. Tais atuações resultaram em números positivos para a média mensal de pessoas atendidas pelo PMC. Vários foram os gargalos que atravessaram as equipes (citadas acima), porém é preciso enfatizar a sensibilidade que os profissionais tiveram ao pensar em novas estratégias de intervenção, focando as ações em outros eixos de atuação para que não ocorresse uma queda significativa nos atendimentos. Considerando que o mês de dezembro é marcado por feriados, recesso de algumas instituições, férias escolares, entre outros fatores, as equipes geralmente focam nos casos individuais, reduzindo, assim, os números dos indicadores.

As intervenções realizadas pela Unidade Betânia, em Ipatinga, atenderam 91 pessoas. A equipe avaliou que a execução do projeto possibilitou uma maior aproximação do público adolescente e jovem (faixa-etária que pouco acessava o PMC). No decorrer do projeto a equipe foi acionada por alguns participantes para atendimentos individuais, relatando situações de violência vivenciadas por estes ou por familiares. Outro ponto foi o fortalecimento de vínculo com tal público que reverberou na relação entre a comunidade e o programa.

**Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social****Meta: 6.740****Resultado: 9.108**

O PMC trabalha em parceria com a rede de proteção social dentro dos territórios, pautando discussões de caso junto aos equipamentos responsáveis, promovendo ações em parceria com a rede territorial, com objetivo de promover o fortalecimento do capital social e a emancipação da comunidade. Além disso, a diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher participa de seminários e outros eventos em que tem contato direto com organizações do terceiro setor, com intuito de dar visibilidade às temáticas que são trabalhadas e contribuir com as discussões que tocam a atuação do PMC.

Articulações territoriais:

Faz parte do cotidiano de trabalho das equipes a aproximação com a rede de proteção, visando qualificar suas intervenções, seja para com o atendido, diretamente, ou construindo com esta rede intervenções macros. Um exemplo deste tipo de articulação é o da UPC Primeiro de Maio que, após algumas tentativas sem sucesso de aproximação do território da rua A, repensa sua intervenção e procura dialogar com uma técnica do PAEFI, que é referência de algumas famílias do território em questão. A equipe ampliou o conhecimento do local, fez uma análise dos equipamentos que tem dentro da região e problematizou junto com a técnica do PAEFI a dinâmica criminal do local. Também foi discutido com o GEPAR assuntos da dinâmica criminal do território, fazendo apontamentos em conjunto com a instituição de segurança sobre às violências domésticas que tem aumentado de forma significativa dentro dos territórios, assim como, os conflitos intrafamiliares.

Articulação Institucional:

A UPC Santos Reis participou de um Seminário sobre Violência Contra a Mulher promovido pela Coordenadoria da Mulher. É importante o programa estar nestes espaços para construção de fluxo, discussão de casos que têm aparecido na UPC e promover reflexão sobre a prática do trabalho frente à temática da violência contra a mulher e o fortalecimento do vínculo com os equipamentos que estiveram no Seminário (Saúde, MP, Defensoria Pública, Assistência entre outros).

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Diferentemente dos demais Relatórios Gerenciais de Resultados referentes aos períodos avaliatórios anteriores, neste 4º período observa-se menor qualificação em elementos argumentativos de análise de variação dos indicadores de cada uma das UPCs, além da diminuição de componentes gráficos que auxiliem na análise e diagnóstico dos desafios metodológicos encontrados na execução do Programa. Não houve neste período avaliatório considerações fundamentais para ampliação da assertividade nas intervenções metodológicas, daquelas UPCs que se destacaram positiva e negativamente no alcance das metas pactuadas. Importante destacar, mais uma vez, que tais análises têm sido fundamentais para a qualificação das ações e intervenções da Diretoria de Proteção da Juventude.

Indicador 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 3.280****Resultado: 3.640,5**

A seguir apresenta-se o quantitativo de oficinas em execução por município para o alcance do resultado do indicador:

NÚMERO DE PROJETOS DE OFICINAS POR UPC			
UPCS		dez/19	jan/20
1	CABANA	17	17
2	CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	11	11
3	JARDIM FELICIDADE	13	12
4	JARDIM LEBLON	11	10
5	MINAS CAIXA	10	10
6	MORRO DAS PEDRAS	14	14
7	PEDREIRA PRADO LÓPES	11	10
8	PRIMEIRO DE MAIO	10	10
9	RIBEIRO DE ABREU	16	16
10	SANTA LÚCIA	10	10
11	SERRA	18	18
12	TAQUARIL	13	12
13	VILA PINHO	13	13
14	CITROLÂNDIA	13	13
15	JARDIM DAS ALTEROSAS	11	11
16	JARDIM TERESÓPOLIS	17	17
17	PTB	11	11
19	NOVA CONTAGEM	19	19
20	RESSACA	8	9
21	CARAPINA	8	8
22	TURMALINA	9	9
23	BETHÂNIA	13	13
24	OLAVO COSTA	8	8
25	CRISTO REI	10	10
26	SANTOS REIS	19	17
27	JUSTINÓPOLIS	11	11
28	ROSANEVES	9	9
29	VENEZA	15	15
30	PALMITAL	18	18
31	VIA COLÉGIO	11	11
32	JARDIM CANAÃ	7	6
33	MORUMBI	7	7
34	MORRO ALTO	10	10
TOTAL		401	395

Fonte: Relatórios de Gestão de Oficinas de dezembro-19 e janeiro-20.

Destaca-se o aumento da média de encontros de oficinas das UPC Morro das Pedras e Jardim das Alterosas. Com relação ao Morro das Pedras o aumento apresentando ao longo de cada um dos períodos avaliatórios (quais sejam 108,7, 110,33, 126,33 e 128 nos 1º, 2º, 3º e 4º períodos, respectivamente) indicam para resultados dos avanços que a equipe, gestão social e supervisão metodológica vem alcançando no acompanhamento dos oficineiros. Já sobre o Jardim das Alterosas, o significativo aumento de 81,33 encontros no 3º PA para 102 no 4º está diretamente atrelado, para além da qualificação do acompanhamento dos oficineiros, à implantação de uma oficina e substituição de oficineiro, que vinha apresentando dificuldades na execução metodológica.

Com relação às reduções, se comparado o 3º e 4º PA, destacam-se a UPC Olavo Costa e Morumbi. No Olavo Costa, identifica-se ainda no mês de dezembro os impactos do desligamento de uma oficina, cujo oficineiro vinha apresentando diversos entres metodológicos. Cabe evidenciar ainda a perceptível fragilidade metodológica apresentada pela equipe da referida UPC, objeto de intervenção da OS e DPJ. Sobre a UPC Morumbi, após as mudanças realizadas na equipe técnica e o desligamento de um oficineiro, espera-se indicadores mais exitosos no próximo período avaliatório.

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 9.020****Resultado: 9.456**

Com relação ao indicador 2.2, destacam-se os significativos aumentos de atendimentos nas UPC PTB e Nova Contagem. No PTB, se comparados os dados de média mensal de jovens participantes nas oficinas entre os 3º e 4º períodos avaliatórios (216 e 277, respectivamente) identifica-se o aumento atrelado à implantação de duas oficinas, além do remanejamento de locais de oficinas pelo território, deixando-as em pontos mais estratégicos de acesso à juventude e a realização do Projeto Local "Natal sem fome na quebrada". Já com relação a UPC Nova Contagem a análise mais ampliada de todos os períodos avaliatórios permitirá identificar aumentos no indicador em questão. No 1º PA forma 429 atendimentos em oficinas, seguido de 477, 502 e 501 no 2º, 3º e 4º PA respectivamente. Essa constante aponta para resultados do trabalho de qualificação do acompanhamento de oficineiros e jovens por parte da equipe técnica, gestão social e supervisão metodológica.

Sobre as UPCs que apresentaram redução neste indicador, destaca-se: Pedreira Prado Lopes-PPL, Bethânia e Olavo Costa. Sobre a PPL, a redução de 315 atendimentos em oficinas no 3º PA para 273 no 4º está atrelada ao aquecimento da dinâmica criminal envolvendo a possibilidade de retorno de um conflito entre grupos rivais. Vários encontros de oficinas precisaram ter seus dias alterados ou mesmo deixaram de acontecer em virtude de tal cenário. Na UPC Bethânia a redução foi ainda mais significativa passando de 325 jovens atendidos no 3º PA para 280 no 4º. Elementos que auxiliam a compreender a variação passam pelo desligamento de uma oficina, reduzido número de jovens em outra e a dificuldade estrutural em uma das quadras onde acontece a oficina de futsal, dificuldade essa que tem inviabilizado a

realização do ofício e, conseqüentemente, desmobilizado a participação do público. Supervisão metodológica e gestão social tem problematizado e auxiliado a equipe no desenho de novas estratégias.

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 113.000

Resultado: 127.492

Sobre este Indicador, observa-se que a maioria das 33 UPCs mantiveram a média realizada em períodos anteriores (26 UPCs). Das demais Unidades, 3 se destacaram com números acima do esperado e 4 com números abaixo. São elas:

Vila Cemig – a realização do Projeto Local “O outro lado da quebrada” viabilizou o atendimento de 150 adolescentes e jovens nessa modalidade. O projeto em questão foi executado em uma rua bastante importante no tangente à circulação da população e na dinâmica das violências e da criminalidade.

Jardim Felicidade – assim como na Vila Cemig, o aumento deste indicador está atrelado à realização de projeto local. No Jardim Felicidade, foi realizado o “Baile do Madalena”, projeto local que permitiu o aumento de 150 adolescentes e jovens no mês de dezembro.

PTB – Projeto Local também foi a motivação do considerável aumento no número de atendimentos realizado pela equipe da UPC PTB no mês de dezembro. Foram atendidos 350 adolescentes e jovens no projeto “Natal sem fome na quebrada”.

PPL – vide argumentação no item “indicador 2.2”.

Citrolândia – a redução nos números de atendimentos realizados pela equipe da UPC está vinculada ao aquecimento na dinâmica criminal entre os bairros Alto Boa Vista e Cruzeiro. Durante o final do mês de dezembro já foi percebido indicativos de intensificação do conflito, tornando o espaço de oficinas mais esvaziado. Outro dado ainda relevante a se destacar é o recebimento por parte dos moradores atingidos indiretamente pelo rompimento da barragem em Brumadinho, incluindo adolescentes e jovens, das indenizações emergenciais. O acesso ao recurso tem alterado significativamente a dinâmica social e criminal no entorno do Rio Paraopeba.

Bethânia - vide argumentação no item “indicador 2.2”.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 330

Resultado: 350

Com relação ao indicador 2.4, ainda que alcançada a meta estabelecida, houve redução das ações do eixo intervenção estratégica, sobretudo as reuniões entre UPCs e Grupamento GEPAR. Tal diminuição se deve ao fato de ser o mês de dezembro concorrente com o período de recessos de final de ano e férias escolares, o que acaba por haver muitas instituições em recesso e profissionais em férias.

Área Temática 3: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta: 38.084

Resultado: 67.569

Corroborando os resultados e justificativas apresentados pela OS, o considerável resultado frente à meta está relacionado, sobretudo, ao aumento expressivo do número de atendimentos individuais de acompanhamento que, a partir das diretrizes da Diretoria de Alternativas Penais para o fomento na execução desta modalidade, favoreceu encaminhamentos e intervenções mais assertivas.

Ademais, outro ponto a ser destacado são os atendimentos grupais que, em suas diversas modalidades, sejam eles executados dentro da Prestação de Serviço à Comunidade ou através dos Projetos de Execução de Alternativas Penais, bem como por meio da incorporação das Práticas Restaurativas nas ações de grupo, contribuíram para o expressivo aumento do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa.

Diante do exposto, a Diretoria de Alternativas Penais ratificou as justificativas do RGR apresentadas pela Organização Social.

Indicador 3.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta: 76%

Resultado: 72,34%

O percentual de alternativas penais cumpridas objetiva mensurar as alternativas penais cumpridas integralmente de acordo com a determinação judicial no período avaliatório. Para fins deste cálculo são levadas em conta as alternativas penais baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário dentro deste período avaliatório em relação ao universo total de baixas, desconsiderando fatores externos ao programa CEAPA, tais como: baixa processual devido à conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 4º período, o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 72,34%, considerando que a meta estabelecida para o período avaliatório era de 76%, a mesma não foi alcançada.

Ressalta-se que nos municípios de Betim, Ibirité, Ipatinga e Santa Luzia as oscilações apresentaram índices consideravelmente baixos que impactaram no percentual total e contribuíram significativamente para o não alcance da meta. Sabe-se que cada município apresenta suas particularidades, no entanto as justificativas não foram relatadas no RGR, tendo em vista que somente as descrições de ações previstas na metodologia do Programa não deveriam justificar metas não alcançadas. Recomendamos à OS que sinalize estas particularidades nos próximos Relatórios Gerenciais.

Indicador 3.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta: 1.850

Resultado: 2.368

A Diretoria de Alternativas Penais ratificou a justificativa apresentada pela OS no que toca ao número acumulado de ações de rede realizadas pela CEAPA no período de março a dezembro. No entanto, dentro do 4º período, que compreende o mês de dezembro, foram identificadas oscilações significativas cuja justificativa não consta no RGR.

Entende-se que tanto a equipe técnica quanto a gestão social têm correspondido às diretrizes da Diretoria da CEAPA e investido na aproximação junto aos atores estratégicos da rede de proteção social e das instituições que recebem pessoas para cumprimento da alternativa penal. No entanto, em dezembro, apenas 50% das ações de rede estabelecidas para este mês foram executadas.

Ressalta-se que não foi apresentado no RGR os fatores que justificam o menor desempenho de algumas Unidades, como foi verificado nos municípios de Araguari, Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba e Vespasiano.

Área Temática 4: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta: 14.400

Resultado: 19.613

Indicador 4.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta: 75%

Resultado: 79,69%

Indicador 4.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta: 780

Resultado: 1.298

As justificativas apresentadas pela OS também foram convalidadas pela Diretoria de Inclusão do Egresso do Sistema Prisional. Contudo, reitera-se a importância da análise das oscilações de todos os indicadores do PRESP nos respectivos municípios de atuação, mesmo com o atingimento e/ou superação das metas pactuadas.

Área Temática 5: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 5.1: Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta: 100%

Resultado: 100%

As visitas *in loco* da Supervisão Metodológica no interior do Estado são fundamentais para o alinhamento e nivelamento técnico entre as equipes que executam os trabalhos, pois possibilitam o aprofundamento nas metodologias específicas de cada Programa e garantem, assim, maior assertividade dos trabalhos desenvolvidos para o alcance dos objetivos definidos nos marcos lógicos dos Programas. A SUPEC vem construindo mensalmente a metodologia de intervenção em reunião com a Supervisão Metodológica para o direcionamento do trabalho a partir do que se identifica como necessário para a prestação do serviço público nos territórios. Esta estratégia proporciona o aumento na atuação para o impacto na redução de homicídios e criminalidade violenta no Estado.

Algumas dessas visitas de supervisão cabem destaque, sendo elas:

- **PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

A Diretoria do Programa Mediação de Conflitos está sempre em acompanhamento das formações in loco dos supervisores metodológicos com as equipes, buscando sempre alinhar o trabalho e a construção de intervenções que sejam necessárias. No 3º período, foram realizados 17 encontros de alinhamentos estratégicos.

Governador Valadares: A diretoria junto a supervisão tem dialogado sobre os avanços e desafios da equipe. Tem sido apresentado como intervenções articulação com a rede local, casos de ameaças, Centro Pop, conflito de grupos com envolvimento com tráfico, homicídios e a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Em novembro esteve na Unidade dialogando com a gestão social e equipe do Programa, construindo possibilidades para qualificar ainda mais o trabalho, impactando na redução de homicídios e criminalidade violenta.

- **PROGRAMA PRESP**

ARAGUARI/PRESP (16 a 18/09) – A Supervisora Metodológica do Programa realizou visita em Montes Claros para reunião com o Gestor Social, Analista Social e Estagiária. A ida foi construída com a Diretoria do PrEsp, diante da necessidade de orientação desses atores acerca do desenvolvimento de alguns eixos de trabalho, tais quais: implantação do programa no município, propostas para articulação de rede (Defensoria Pública, Vara de Execuções Penais, Ministério Público, Unidade Prisional, Rede Sócio Assistencial), construção de fluxos para encaminhamento para a rede, atuação os órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal, contexto de dinâmica criminal do município, acompanhamento de casos pela equipe técnica.

UBERABA/PRESP (19 A 20/09) – Foi realizada diante da necessidade de maior conhecimento acerca das especificidades do município para alinhamento metodológico do atendimento prestado ao público pela equipe técnica. Foram abordadas as articulações feitas com a rede de apoio do município, a tramitação de projeto de Lei da

Câmara Municipal que perpassa a temática do público atendido, o acompanhamento dos casos, a realização de atividades grupais. Também foi discutida a temática dos indicadores e das metas estabelecidas, como a finalidade de implicar a equipe acerca da necessidade de uma leitura crítica dos dados produzidos.

UBERLÂNDIA/PRESP (11 a 14/11) –Dentre os pontos trabalhados, destacam-se: acordo feito com a Vara de Execução Penal para coleta de assinaturas referentes à prisão domiciliar e livramento condicional, atividades grupais realizadas com o público, atendimento e acompanhamento de casos. Também foi discutida a temática dos indicadores e das metas estabelecidas para o Programa, como a finalidade de implicar a equipe acerca da necessidade de uma leitura crítica dos dados produzidos.

JUIZ DE FORA/PRESP (12 a 14/11) – A viagem se justificou pela necessidade de orientação desses atores acerca do desenvolvimento de alguns eixos de trabalho, tais quais: relação com a Vara de Execução Penal, articulações com o Poder Judiciário, acompanhamento de casos, organização do trabalho a nível metodológico pela equipe técnica. Também foi discutida a temática dos indicadores e das metas estabelecidas para o Programa, como a finalidade de implicar a equipe acerca da necessidade de uma leitura crítica dos dados produzidos.

IPATINGA/PRESP (26 a 28/11) – Foram feitas orientações acerca da execução do trabalho por estes atores no que se refere às seguintes temáticas: realização de atividades grupais, acompanhamento de casos, fluxos de atendimento. Também foi discutida a temática dos indicadores e das metas estabelecidas para o Programa, como a finalidade de implicar a equipe acerca da necessidade de uma leitura crítica dos dados produzidos.

Indicador 5.2: Percentual de Participação das equipes nas capacitações

Meta: 100%

Resultado: 100%

No período avaliado não houve previsão de capacitação que demandasse a realização de despesa no Contrato de Gestão nº 02/2019. A SUPEC esclarece que houve a necessidade de adotar medidas de contingenciamento devido ao cenário financeiro vivenciado pelo Estado. De todo modo, periodicamente, as equipes dos Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade são capacitadas, sem a aplicação de recursos financeiros. Para também abranger as equipes do interior do Estado, tem-se adotado a modalidade de videoconferências, que têm se apresentado como uma importante ferramenta de formação das equipes.

De maneira geral, o espaço de formação é pensado e conduzido pelos Supervisores Metodológicos dos Programas, a partir de alinhamentos realizados junto à SUPEC.

Indicador 5.3: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta: 15

Resultado: 11,14

Conforme informado pelo Instituto Elo no Relatório Gerencial de Resultados, foram realizadas no período avaliatório 22 reposições de equipe, com tempo médio de reposição de 11,72 dias, cumprindo a meta proposta.

A Comissão de Monitoramento não recebeu no período qualquer reclamação ou pedido de diligência quanto ao quadro de funcionários contratado para a execução da política.

Importante ressaltar, que os desligamentos dos profissionais, se dão, em grande maioria, a pedido do trabalhador que comprova a possibilidade de outro tipo de vínculo trabalhista.

Área Temática 6: Produto e Resultados das ações de base territorial

Indicador 6.1: Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta: 34

Resultado: 33

A Comissão de Monitoramento teve acesso a 34 Relatórios Analíticos referente ao período de maio e junho. Todavia, 2 deles foram entregues fora do prazo estabelecido.

Considerando que esses Relatórios traduzem o esforço da equipe da Unidade de Prevenção em sistematizar todo o conhecimento sobre a dinâmica social da violência e criminalidade produzido nos territórios a partir do trabalho cotidiano; considerando que a gestão social empenha tempo considerável para a elaboração do documento; considerando que são importantes instrumentos de definição de estratégias de atuação dos Programas; considerando, ainda, que auxiliam na qualificação das intervenções e, por conseguinte, no alcance dos objetivos dos Programas; pontua-se que sua construção é de extrema importância e deve ater à temporalidade do fato para que as possíveis intervenções sejam tempestivas.

Frente ao cenário exposto, entende-se como necessário que a instituição aponte não somente a perda de prazo como fator para o não atingimento da meta, mas precipuamente, que seja descritos os motivos que ocasionaram a perda do prazo, bem como o que a instituição irá propor para superação dos obstáculos.

No 3º período avaliatório, todos os relatórios foram entregues dentro do prazo definido, tornando disponíveis informações relevantes ao acompanhamento das UPCs de base local por parte da Supec e da Supervisão da Gestão. Para além do cumprimento do prazo, o 3º RGR destacou de forma satisfatória a incidência de homicídios consumados e tentados, além das ameaças, dentre outros dados e relatos de dinâmicas sociais da violência e criminalidade.

Indicador 6.2: Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Meta: 2

Resultado: 2

A Comissão de Monitoramento recebeu no período avaliatório 3 Relatórios de Gestão de Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, conforme informado no RGR. Contudo, um deles foi entregue com atraso, conforme abaixo, o que ocasionou no não cumprimento da meta:

- Relatório referente à maio: entregue em 25/06/2019 (com atraso);
- Relatório referente à junho: entregue em 19/07/2019;
- Relatório referente à julho: entregue em 20/08/2019.

O relatório de gestão das oficinas configura importante ferramenta para o devido acompanhamento e qualificação dessa modalidade de intervenção do Programa. Portanto, é imprescindível que o relatório traga mais detalhamento, como exemplo: quais as oficinas com menos de 10 jovens (tais como as 17 apresentadas no mês de junho, enquanto a média geral do programa é de 23,72); quais os fatores dificultadores para maior acesso dos jovens; os maiores motivos dos desligamentos das oficinas, dentre outros. Ressalta-se que estas informações podem definir qual a melhor estratégia do programa para a distribuição e monitoramento das oficinas.

O RGR menciona, pela terceira vez consecutiva, atraso em uma das três entregas previstas para o período, sem apontar as causas do atraso e as providências a serem tomadas para que isso não se repita nos próximos períodos avaliatórios. Segundo o Anexo II Programa de Trabalho/SESP/SGUP/2019, “Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SESP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência”, dessa forma, conforme destacado no RGR, o prazo não foi cumprido para a entrega do relatório referente ao mês de outubro, entregue em 21/11/2019.

Adicionalmente, quanto às oficinas com participação inferior a 10 jovens, reitera-se o entendimento de que devem ser discutidas as dificuldades e as limitações que geram esse resultado, como, por exemplo, nas oficinas “Teatro no Morro”, “Teatro para a Cidadania” e “Fotografia”, que estiveram nesse grupo nos três relatórios do 3º período avaliatório.

Área Temática 7: Gestão da Parceria

Indicador 7.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Meta: 100%

Resultado: 100%

A Checagem Amostral do 2º período avaliatório foi realizada pela Comissão de Monitoramento na sede do Instituto Elo nos dias 13/09/19 e 17/09/19.

A partir da metodologia definida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a amostra deveria conter, no mínimo, 66 processos. Contudo, a Comissão analisou 85 processos, incluídos todos os processos de rescisão de pessoal do período avaliatório.

O Relatório de Checagem Amostral apresentou oito processos que continham algum tipo de inconformidade ou ausência de documentação comprobatória. Neste sentido, foi realizada a Checagem de Efetividade no dia 24/09/19 sanando tais apontamentos, concluindo pela nota 10,0 no procedimento.

Indicador 7.2: Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão

Meta: 100%

Resultado: -

O resultado desse indicador será avaliado na Comissão de Avaliação uma vez que nem todas as ações puderam ser finalizadas até o fechamento desse Relatório de Monitoramento.

A Comissão de Monitoramento registra a dificuldade vivenciada no cumprimento dos prazos estabelecidos pelas legislações atinentes ao Contrato de Gestão, haja vista tratar-se de uma política pública de grande abrangência estadual, composta por 50 Unidades e 4 Programas de Prevenção à Criminalidade, com várias ações a serem monitoradas, bem como o grande aporte de recursos públicos a serem fiscalizados.

Ressalta-se ainda que a referida Comissão preza, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos de fiscalização e monitoramento da parceria em detrimento dos cumprimentos de prazos, que se tornam para a presente política pública inexecutáveis.

Desse modo, ainda que alguns prazos não foram cumpridos tempestivamente, todas as ações de monitoramento definidas na legislação e no Contrato de Gestão foram realizadas.

De todo modo, a Comissão vem envidando todos os esforços necessários para o regular exercício de suas competências.

3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
2	Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade	2.1	Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade	15	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Executado dentro do prazo
3	Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais	3.1	Lançamento do Livro sobre a Política de Alternativas Penais	9	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Executado dentro do prazo
		3.2	Seminário Estadual de Alternativas Penais	9	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Executado dentro do prazo
4	Monitoramento das Taxas de Homicídios	4.1	Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de	10	Janeiro de 2020	Fevereiro	Executado

Consumados		abrangência da Política			de 2020	dentro do prazo	
5	Pesquisas de Recorrência Prisional	5.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	10	Janeiro de 2020	Janeiro de 2020	Executado dentro do prazo
		5.2	Pesquisa de Ocorrência Prisional de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	10	Janeiro de 2020	Março 2021	Em andamento
6	Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão da Política de Prevenção Social à Criminalidade	6.1	Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão da Política de Prevenção Social à Criminalidade	9	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Executado dentro do prazo

3.1 – Detalhamento da realização dos produtos

Área Temática	Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade
Produto	Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade
Previsão de Término	Dezembro de 2019
Término Realizado	Dezembro de 2019
Status	Executado dentro do prazo

Os projetos de prevenção são importantes estratégias dos programas para alcançar seus objetivos, bem como seu público-alvo. Nesse sentido, tem em vista a previsão de realização de projetos no programa de trabalho do Contrato de Gestão, as equipes técnicas começaram o processo de planejamento e elaboração destes.

A Comissão de Monitoramento ressalta alguns desafios na execução destes projetos de modo que novas estratégias e soluções sejam pensadas para o aprimoramento da política pública. O principal problema enfrentado foi a operacionalização de todas as compras. Diante da diversidade de projetos e itens a serem adquiridos e serviços a serem contratados, as compras e contratações centralizadas foram um impeditivo para que os projetos ocorram dentro do planejado, pois foi necessário que todas as equipes tivessem o planejamento definido e validado pela SUPEC para que sejam abertos atos convocatórios para contratação de serviços e aquisição de insumos. Entretanto, muitas equipes, principalmente de base local, desenvolvem os projetos junto com as comunidades a partir das demandas que elas apresentam e, além disso, foi necessário o alinhamento de cada projeto com gestão social, supervisores metodológicos e diretorias dos programas na SUPEC.

O problema ainda se agrava quando se trata das Unidades localizados no interior do Estado. Como as compras foram centralizadas, o pagamento de frete para enviar para os locais distantes onerariam muito as compras, sendo necessário adotar alternativas, tais como a descentralização de compras por municípios.

Pensando nisso, o Regulamento de Compras e Contratação da Organização Social está sendo adaptado para maior eficácia, eficiência e efetividades dos projetos futuros.

O Instituto Elo enviou à SUPEC um portfólio contendo todos os projetos executados durante o ano de 2019. Foram no total 332 (trezentos e trinta e dois) projetos de prevenção executados em 2019.

Ressalta o alto grau de alcance destes projetos, uma vez que as atividades são desenvolvidas coletivamente, com o engajamento de vários atores e cidadãos. Através dos projetos foram contabilizados 14.947 atendimentos por meio da Política de Prevenção à Criminalidade.

Área Temática	Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais
Produto	Lançamento do Livro sobre a Política de Alternativas Penais
Previsão de Término	Dezembro de 2019
Término Realizado	Dezembro de 2019
Status	Executado dentro do prazo

Área Temática	Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais
Produto	Seminário Estadual de Alternativas Penais
Previsão de Término	Dezembro de 2019
Término Realizado	Dezembro de 2019
Status	Executado dentro do prazo

Registra-se que Seminário quanto o lançamento do livro foram importantes ações para o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais- CEAPA. O lançamento do livro ocorreu no evento, que ocorreu em nos dias 04 e 05 de dezembro de 2019 no auditório da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Coração Eucarístico).

O Instituto Elo encaminhou um Relatório Circunstanciado prestando as informações sobre o evento, tais como a programação, perfil do público participante, temas abordados, acontecimentos relevantes, avaliação e fontes de comprovação do Seminário.

Informa-se que a Coordenadoria de Políticas Penais de Prevenção à Criminalidade, da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, aprovou os dois produtos que foram financiados por meio do convênio federal nº 822255/2015.

Área Temática	Monitoramento das Taxas de Homicídios Consumados
Produto	Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de abrangência da Política
Previsão de Término	Janeiro de 2020
Término Realizado	Fevereiro de 2020
Status	Executado dentro do prazo

O II Termo de Alteração Simples do Contrato de Gestão previu a entrega deste produto para janeiro de 2020, contudo, devido as dificuldades de se obter as informações necessárias, o II Termo Aditivo alterou o término do prazo para fevereiro de 2020. Nesse sentido, o Instituto Elo encaminhou o produto, por e-mail, no dia 27/02/20 e depois enviou nova versão a partir das análises realizadas pela SUPEC em 28/02/20, sendo o produto aprovado.

Considerando a prorrogação deste produto para o mês de fevereiro, este deverá ser considerado pela Comissão de Avaliação no 5º período avaliatório.

Área Temática	Pesquisas de Recorrência Prisional
Produto	Pesquisa de Ocorrência Prisional de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA
Previsão de Término	Janeiro de 2020
Término Realizado	Março de 2021
Status	Em andamento

A data de entrega deste produto foi prorrogada para março de 2021 por meio do IV Termo Aditivo.

Área Temática	Pesquisas de Recorrência Prisional
Produto	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp
Previsão de Término	Janeiro de 2020
Término Realizado	Janeiro de 2020
Status	Executado dentro do prazo

O produto foi entregue tempestivamente pelo Instituto Elo, por e-mail, no dia 29/01/20, sendo aprovado pela Coordenadoria de Políticas Penais da SUPEC/SEJUSP.

Considerando que II Termo Aditivo do Contrato de Gestão, assinado em 02/12/19, que definiu a entrega deste produto para o 5º período avaliatório, a Comissão de Avaliação deverá considerá-lo na avaliação do 5º período.

Área Temática	Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão
Produto	Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão
Previsão de Término	Dezembro de 2019
Término Realizado	Dezembro de 2019
Status	Executado dentro do prazo

A capacitação ocorreu em 05/12/2019, no auditório da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Coração Eucarístico), com a presença de todos os gestores e supervisores, além de outros parceiros da política pública de prevenção à criminalidade.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

RECURSOS ESTADUAIS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

Previsto												
	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	
1	01/03/2019	01/04/2019	01/05/2019	01/06/2019	01/07/2019	01/08/2019	01/09/2019	01/10/2019	01/11/2019	01/12/2019	01/01/2020	
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/03/2019	30/04/2019	31/05/2019	30/06/2019	31/07/2019	31/08/2019	30/09/2019	30/10/2019	30/11/2019	31/12/2019	31/01/2020	
1.1	Receitas											
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	9.030.001,06	-	-	-	7.166.567,34	-	-	6.957.268,59	-	-	2.643.007,68
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	18.742,44	19.683,53	15.018,59	14.025,47	10.976,34	10.208,72	11.114,89	16.634,84	25.563,45	29.898,91	-
(E) Total de Entradas:	9.048.743,50	19.683,53	15.018,59	14.025,47	7.177.543,68	10.208,72	11.114,89	6.973.903,43	25.563,45	29.898,91	2.643.007,68	-
Realizado												
2	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	
Saída de Recursos												
2.1	Gastos com Pessoal											
2.1.1	Salários	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	831.886,27	-
2.1.2	Estagiários	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	114.136,00	-
2.1.3	Encargos	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	576.541,28	-
2.1.4	Benefícios	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	249.322,06	-
	Subtotal (Pessoal):	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	1.771.885,61	-
2.2	Gastos Gerais	501.722,33	522.762,33	502.522,33	503.091,50	662.251,50	667.829,50	520.829,50	551.361,00	559.930,00	559.930,00	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	18.742,44	19.683,53	15.018,59	14.025,47	10.976,34	10.208,72	11.114,89	16.634,84	25.563,45	29.898,91	-
(S) Total de Saídas:	2.292.350,38	2.314.331,47	2.289.426,53	2.289.002,58	2.445.113,45	2.449.923,83	2.303.830,00	2.339.881,45	2.357.379,06	2.361.714,52	-	-

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão						
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto		Realizado		Realizado (%) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	4º Relatório Gerencial Financeiro	Total	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	533.680,00	397.092,54	101.967,39	499.059,93	93,51%
2	Oficinas do Fica Vivo!	4.975.621,00	3.664.538,21	824.171,65	4.488.709,86	90,21%
3	Capacitações da equipe contratada	204.720,00	-	-	-	-
4	Deslocamento da equipe contratada	32.670,00	10.175,60	2.013,98	12.189,58	37,31%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	163.900,00	34.023,83	8.547,22	42.571,05	25,97%
6	Projetos de Prevenção à criminalidade	147.000,00	40.237,32	-	40.237,32	27,37%
7	Olimpíadas do Fica Vivo!	-	373.440,14	-	373.440,14	-
	Total	6.057.591,00	4.519.507,64	936.700,24	5.456.207,88	

RECURSOS FEDERAIS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto												
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
1	01/03/2019	01/04/2019	01/05/2019	01/05/2019	01/06/2019	01/07/2019	01/09/2019	01/10/2019	01/11/2019	01/12/2019		
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/03/2019	30/04/2019	31/05/2019	31/05/2019	30/06/2019	31/07/2019	30/09/2019	31/10/2019	30/11/2019	31/12/2019		
1.1	Receitas											
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	-	930.165,33	-	-	389.066,59	-	1.319.231,92	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.779,76	5.756,63	5.198,52	3.988,21	4.646,20	2.847,04	2.043,75	4.971,26	3.135,44	2.162,74	40.529,55
(E)	Total de Entradas:	5.779,76	5.756,63	5.198,52	3.988,21	934.811,53	2.847,04	2.043,75	394.037,85	3.135,44	2.162,74	1.359.761,47
2 Saída de Recursos												
2.1	Gastos com Pessoal											
2.1.1	Salários	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	94.657,95	946.579,50
2.1.2	Estagiários	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	208.000,00
2.1.3	Encargos	69.180,98	68.900,98	69.180,98	68.900,98	68.900,98	69.180,98	68.900,98	68.900,98	68.900,98	68.900,98	689.849,80
2.1.4	Benefícios	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	32.541,04	325.410,40
	Subtotal (Pessoal):	217.179,97	216.899,97	217.179,97	216.899,97	216.899,97	217.179,97	216.899,97	216.899,97	216.899,97	216.899,97	2.169.839,70
2.2	Gastos Gerais	1.986,67	197.539,67	1.986,67	1.117,50	1.117,50	1.117,50	1.117,50	1.117,50	1.117,50	1.117,50	209.335,51
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	5.779,76	5.756,63	5.198,52	3.988,21	4.646,20	2.847,04	2.043,75	4.971,26	3.135,44	2.162,74	40.529,55
(S)	Total de Saídas:	224.946,40	420.196,27	224.365,16	222.005,68	222.663,67	221.144,51	220.061,22	222.988,73	221.152,91	220.180,21	2.419.704,76
Realizado												
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
1	01/03/2019	01/04/2019	01/05/2019	01/05/2019	01/06/2019	01/07/2019	01/09/2019	01/10/2019	01/11/2019	01/12/2019		
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/03/2019	30/04/2019	31/05/2019	31/05/2019	30/06/2019	31/07/2019	30/09/2019	31/10/2019	30/11/2019	31/12/2019		
1.1	Receitas											
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	930.164,87	-	-	-	-	-	-	-	-	930.164,87	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.779,76	5.756,63	5.198,52	3.988,21	4.646,20	2.847,04	2.043,75	4.971,26	3.135,44	2.162,74	40.529,55
(E)	Total de Entradas:	935.944,63	5.756,63	5.198,52	3.988,21	4.646,20	2.847,04	2.043,75	4.971,26	3.135,44	2.162,74	970.694,42
2 Saída de Recursos												
2.1	Gastos com Pessoal											
2.1.1	Salários	88.051,19	83.552,54	86.100,37	88.355,12	86.724,78	87.640,63	86.563,00	94.708,69	95.016,63	101.995,88	898.708,83
2.1.2	Estagiários	14.929,00	18.075,33	18.953,67	20.800,49	17.728,98	19.019,69	18.787,67	20.279,63	19.408,31	17.699,33	185.682,10
2.1.3	Encargos	56.916,31	58.997,85	62.825,58	60.773,04	58.441,96	62.403,85	61.371,30	62.677,17	48.866,75	70.473,03	603.746,84
2.1.4	Benefícios	14.038,10	30.835,47	31.850,02	31.054,37	33.296,34	33.089,46	33.520,41	34.476,45	39.014,53	38.000,65	340.231,93
	Subtotal (Pessoal):	173.934,60	191.461,19	199.729,64	200.983,02	196.192,06	202.153,63	200.242,38	212.141,94	202.306,22	228.168,89	2.028.369,70
2.2	Gastos Gerais	-	-	1.352,26	1.012,07	-	407,70	789,45	651,97	9.106,09	80.729,03	94.048,57
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	5.779,76	5.756,63	5.198,52	3.988,21	4.646,20	2.847,04	2.043,75	4.971,26	3.135,44	2.162,74	40.529,55
(S)	Total de Saídas:	179.714,36	197.217,82	206.280,42	205.983,30	200.838,26	205.408,37	203.075,58	217.765,17	214.547,75	311.060,66	2.162.947,82

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão						
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto		Realizado		Realizado (%) Previsto
		Valor		Acumulado dos Períodos Anteriores	4º Relatório Gerencial Financeiro	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	-	-	-	-	-
2	Acompanhamento <i>in loco</i> da supervisão no interior	14.900,00		5.287,17	456,50	38,55%
3	Ações estratégicas para a consolidação das Alternativas Penais	195.553,00		39.671,33	48.543,07	45,11%
	Total	210.453,00		44.958,50	48.999,57	

4.1 - ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo em 10/09/19, via e-mail, ou seja, dentro do prazo estabelecido. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memoria de Cálculo do Contrato de Gestão.

Ressalta-se que os valores dos repasses previstos na aba "Comparativo" dos Relatórios Gerenciais Financeiros apresentados pelo Instituto Elo estavam equivocados. Desse modo, retifica-se os dados nas tabelas acima.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS:

Do total de saídas realizadas no período avaliatório, foi executado 86,32% do previsto. Essa diferença se deve principalmente pelas medidas de contingenciamento financeiro na parceria, o que ocasionou na não contratação de todos os profissionais previstos, além de outras reduções como o número de projetos de oficinas.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS:

No tocante à execução financeira, foi realizado 89,39% do total de saídas previstos para o período avaliatório.

Com relação a atividade "Acompanhamento *in loco* da supervisão no interior", ressalta-se que atualmente há uma Supervisora Metodológica contratada com recursos oriundos de Convênio Federal para realizar as viagens de supervisão nos municípios do interior do Estado de sua respectiva referência.

A Comissão de Monitoramento registra, que é de conhecimento desta administração pública, que o Instituto Elo executa outros projetos com outras Secretarias de Estado. Neste sentido, solicita a entidade parceira observação quanto as despesas que porventura possam ser rateadas entre os projetos, tais como despesas sindicais, salários de profissionais envolvidos em ambos os projetos, dentre outros.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

- I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;
- II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;
- III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;
- IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;
- V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens, bem como a não aquisição de nenhum outro no período avaliado;
- VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;
- VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;
- VIII - foram propostas, no presente relatório, medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual n 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, __ de novembro de 2020.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 02/12/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 02/12/2020, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 02/12/2020, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10969536** e o código CRC **A2FF0BEE**.